



A “Esquerda Neoliberal” na Medicina

Das muitas aleivosias que hoje circulam pela Internet, destacamos o seguinte comentário acerca do PLS 25/2002: “Os médicos se julgam donos da verdade, querem impor a medicina baseada nas ciências ocidentais, sob o domínio do mercado neoliberal e influenciada pela indústria farmacêutica multinacional...”. Vale destacar o curioso título da matéria: “Urgente! O futuro do nosso povo está em perigo! Os tratamentos vão ficar mais caros!”.

Para resgatar a verdade, inicialmente é preciso lembrar que, além de padecer com a escassez de recursos, o setor saúde também é criticado pelo mau gerenciamento das verbas a ele destinadas. Exorbita na adoção de medidas administrativas “racionalizadoras”, sempre justificadas pela necessidade de conter os custos, mas que acabam por interferir na realização do ato médico, em prejuízo dos interesses da clientela. Não se observa, na conduta de boa parte dos dirigentes públicos e privados, o cuidado com ações gerenciais capazes de, a um só tempo, controlar

gastos para viabilizar a assistência e garantir a integridade e qualidade dos atos médicos.

A lógica que predomina nas políticas de saúde implementadas nos últimos anos é a da redução dos gastos com a assistência, não importando as consequências. O Banco Mundial, em seu famoso relatório anual de 1993, consolidou a doutrina cujo receituário tornou-se a fonte obrigatória de políticas para os gestores da saúde no mundo pobre. Em seu prefácio, o presidente do banco resume as diretrizes para as políticas públicas nos países em desenvolvimento: “Orientar os gastos públicos em saúde para ajudar os mais pobres, aplicando-os em programas de baixo custo e alta eficácia, ‘além de’ direcionar o financiamento governamental para a saúde pública e serviços clínicos essenciais, cuidando para que os demais serviços sejam cobertos por financiamento privado, em geral pelos seguros, privados ou sociais”.

A interpretação destes mandamentos traduziu-se na máxima

“medicina de segunda para gente de segunda”. Boa parte dos nossos gestores não se cansa de implementar políticas marcadas pela redução de custos e qualidade duvidosa, atingindo cruelmente a população mais necessitada dos serviços de saúde. Para os que têm dinheiro, a assistência seria garantida pelos seguros privados. Com efeito, é nesse período que se verifica o boom dos planos de saúde, muito embora médicos e usuários reclamem constantemente dos abusos por eles praticados.

É nesse contexto que devemos analisar o projeto do senador Althoff. Sabemos que emanam do próprio ministério (e de secretarias de saúde) portarias e resoluções especialmente elaboradas com o intuito de cercear o ato médico. Ai estão as chamadas Casas de Parto, criadas com a promessa de “humanizar” a parição - mas que na prática excluem o profissional médico da assistência à gestante. Também são muitas as unidades de saúde que não contam com médico responsável pelos atos médicos.

Animados com as iniciativas governamentais, alguns conselhos de fiscalização das outras profissões de saúde aprovam resoluções outorgando a seus filiados prerrogativas até então exclusivas dos médicos, quase todas em flagrante infração às leis que regulam os seus misteres.